

O EXAME DE SUPLÊNCIA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM EM MINAS GERAIS

Mara José Moraes Antunes¹

RESUMO: Estudo analítico-descritivo da demanda e dos índices de aprovação do exame de suplência da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para qualificação profissional de auxiliar de enfermagem e das características da clientela que se submete ao exame.

UNITERMOS: Exame de Suplência para Auxiliar de Enfermagem.

1 - INTRODUÇÃO

A busca de qualidade dos serviços de saúde torna fundamental a discussão da qualificação da força de trabalho empregada no setor.

Para tanto é importante considerar que 50% da força de trabalho dos serviços de saúde é composta de trabalhadores de enfermagem, dos quais cerca de 60% não tem qualificação específica para o setor, conhecidos com atendentes de enfermagem (Conselho Federal de Enfermagem, 1985).

Ao executar, majoritariamente, ações de enfermagem, os atendentes de enfermagem contribuem para estabelecer o padrão de qualidade dos serviços de saúde e especialmente de enfermagem.

Assim, a busca de qualidade na produção dos serviços de saúde exige primordialmente investimentos na formação e qualificação deste contingente de trabalhadores sem o que qualquer discussão sobre excelência de serviços de saúde torna-se falaz.

Paralela à necessidade de profissionalização dos atendentes para a melhoria da qualidade da assistência à saúde encontra-se a obrigação das instituições de saúde, em cumprir a Lei 7.493/86 que regula o exercício profissional da enfermagem no país, englobando em seus quadros de pessoal somente profissionais de enfermagem com registro nos Conselhos Regio-

nais de Enfermagem, além do acima apontado, existe a aspiração de valorização social e profissional dos atendentes, que buscam a ascensão funcional aos Planos de Cargos e Carreiras, criados no serviços públicos de saúde a partir da criação do Sistema Único de Saúde.

As alternativas oficiais de mecanismos profissionalizantes para formação dos atendentes em auxiliares de enfermagem são o ensino regular e o ensino supletivo. O ensino regular se dá através de escolarização sistemática, com frequência obrigatória, com cargas horárias fixas, e aferição de resultados no processo. O ensino supletivo está destinado aos que não cursaram o ensino regular ou profissional e podem ser desenvolvidos em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho.

A alternativa de formação via supletivo permite várias modalidades: aprendizagem, qualificação, suplência e suprimento. As modalidades aprendizagem e qualificação exigem estudos sistemáticos e frequência obrigatória aos cursos e avaliação somativa e formativa no processo. As alternativas suplência e suprimento permitem flexibilidade na frequência, duração, oferta e aferição dos resultados (GALVÃO, s.n.d).

A modalidade de alto teor de suplência permite que o candidato submeta-se anualmente a exames de aferição de conhecimentos específi-

1. Enfermeira especialista em Saúde Pública, Mestranda em Enfermagem pela EEUFMG. Belo Horizonte, 1994.

cos exigidos pelo sistema formal para a qualificação pretendida, independente de frequência a cursos.

Em Minas Gerais esta modalidade é conhecida popularmente como "provão". Foi normatizada pelo Conselho de Educação de Minas Gerais, através da Resolução 386 de 15.03.81, destinando-se a adultos maiores de 21 anos, desenvolvendo atividades específicas da habilitação pretendida há no mínimo dois anos e que tenham concluído o curso básico (oitava série do primeiro grau). Além do "provão", funcionam regularmente 54 escolas de técnicos e auxiliares de enfermagem distribuídas principalmente na região centro-sul do Estado.

Existem portanto, mecanismos para a formação dos atendentes em auxiliares de enfermagem, capazes de contribuir para o resgate de sua cidadania profissional e possibilitar a melhoria da qualidade da assistência de enfermagem prestada à população em nosso Estado.

No entanto, a qualificação dos atendentes parece não ser prioridade para a maioria dos empregadores públicos e privados no estado de Minas Gerais, posto que não se observa, nos últimos anos, nenhum investimento de impacto que priorizasse a formação deste vasto contingente de trabalhadores já empregados na rede de saúde.

Assim, os atendentes de enfermagem, buscando adequar-se a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem para garantir estabilidade e ascensão funcional parecem estar buscando, individualmente, na via supletiva-profissionalizante de alto teor, uma alternativa facilitadora para a sua titulação.

Buscando contribuir para a análise da situação acima descrita, o presente trabalho tem por objetivo conhecer a alternativa de formação profissional dos auxiliares de enfermagem via exame de suplência profissional de alto teor através do estudo e análise de:

- demanda e índice de aprovação nos últimos anos;
- características da clientela.

2 - DE ONDE VEM OS ATENDENTES E SUAS ALTERNATIVAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO

A história da assistência de enfermagem remonta aos primórdios da história da organização social da humanidade. Exercida inicialmente pelas mães de família, foi com o passar dos tempos sendo transferida, no mundo ocidental, para as mãos de sacerdotes e leigos cristãos, conformando-se em atividade socialmente gratuita a cargo de mulheres caridosas e abnegadas, até o surgimento do protestantismo ao final da Idade Média (PAIXÃO, 1963). Neste período, a enfermagem religiosa foi expulsa dos hospitais, sendo substituída por pessoal civil não absorvido pelo trabalho industrial, que exerciam em extenuantes jornadas de trabalho e exígua remuneração, as atividades de lavagens de roupa e limpeza do ambiente hospitalar (ALMEIDA, et alii, 1986).

No bojo do desenvolvimento do modelo industrial capitalista desenvolve-se o conhecimento da medicina. Os hospitais se transformam em local de cura e aperfeiçoamento da ciência médica. O SABER médico transforma-se em poder, passando a comandar e a direcionar o processo de trabalho na saúde.

Segundo ALMEIDA, et alii (1986), a enfermagem surge como profissão desenvolvendo conhecimentos e técnicas para cuidar dos pacientes, subordinada ao conhecimento médico. No seu desenvolvimento, o processo de trabalho da enfermagem incorpora a divisão técnica e social, institucionalizado por Florence Nightingale, na Inglaterra, no fim do século XIX. Assim cabia às *Ladys Nurses*, oriundas de famílias de estratos sociais elevados as atividades intelectuais, como ensino e supervisão. Às *Nurses*, provenientes da população pobre eram destinadas as tarefas de execução dos cuidados do paciente e ambiente (BARBOSA, 1991).

No Brasil, o trabalho da enfermagem estava sob a responsabilidade de congregações religiosas, que coordenavam a assistência prestada por leigos contratados. A institucionalização formal da dicotomia entre o pensar e o fazer reproduzido na divisão técnica do trabalho na enfer-

magem surge com a criação das primeiras escolas de enfermagem, com a criação da "Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras", mais tarde "Alfredo Pinto" em 1980; da "Escola da Cruz Vermelha" em 1916 e da Escola de Enfermagem Dona Ana Néri" em 1926. (BARBOSA, 1991).

Aos poucos, os serviços de enfermagem saem das mãos caritativas das religiosas e se institucionaliza em duas categorias: as de "enfermeiras diplomadas" que cumpriam o papel destinado às *Ladys Nurses* de Florence Nightingale e as das "atendentes de enfermagem", incorporadas ao mercado de trabalho sem nenhuma qualificação profissional formal, mas sob o controle das primeiras, exercido através da exigência do cumprimento rígido das técnicas e princípios de enfermagem (ALMEIDA, et alii, 1986).

A Lei 775 de 1949 que dispunha sobre o ensino de enfermagem no país, legítima como categorias profissionais os "enfermeiros" com curso superior e os "auxiliares de enfermagem" com nível primário de escolaridade, não fazendo referência ou regulamentando a formação dos atendentes de enfermagem, sempre majoritários nos serviços de saúde.

Assim, em 1956, existiam no país 33 escolas para enfermeiros e 41 cursos de auxiliares de enfermagem. A força de trabalho da categoria era constituída de 42.931 trabalhadores, dividida em 11,3% de enfermeiros, 4,6% de auxiliares de enfermagem e de 84,1% de atendentes (BARBOSA, 1991).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 4.024 de 1961, cria as escolas técnicas de enfermagem destinadas aos que tivessem concluídos os estudos do primeiro ciclo de nível médio, mantendo os cursos de enfermagem como nível superior e os de auxiliares de enfermagem a nível ginasial. A criação do curso técnico de enfermagem acompanha a criação dos cursos técnicos no país, decorrentes das necessidades de incorporação tecnológica surgidas com a expansão e modernização do parque industrial brasileiro.

A Lei 5.692/71 e diversas resoluções do Conselho Federal de Educação - CFE estabeleceram alternativas para a formação do auxiliar de

enfermagem. A Resolução 07/77 (CFE) estabelece a habilitação de auxiliar de enfermagem a nível de segundo grau. Porém a Resolução 08/77 permite, em caráter transitório e emergencial, a formação do auxiliar de enfermagem a nível de primeiro grau. As habilitações previstas nestas resoluções podem advir através de cursos de formação regular ou via supletiva. O acesso à alternativa supletiva se dá através de cursos especiais ligados à instituições específicas ou por simples exames anuais ("provão") para verificação de conhecimentos, direcionados aos que já exercem atividades práticas de enfermagem.

Uma das alternativas de vanguarda, surgidas nos últimos tempos para a qualificação dos trabalhadores de nível elementar, empregado na rede de saúde sem qualificação profissional, inclusive dos atendentes é o Projeto Larga Escala. Desenvolvido por técnicos da OPAS e do Ministério da Saúde, o projeto propõe, a criação de Centros Formadores em unidades federadas. Estes Centros possibilitariam aos trabalhadores sem o ensino profissional e aos que não concluíram o curso fundamental (até a oitava série), o acesso aos cursos de qualificação específica, concomitantes, se necessário, aos cursos para a conclusão da escolarização fundamental. O projeto proposto para ser desenvolvido no próprio ambiente de trabalho do atendente, utiliza uma metodologia que integra a sua experiência acumulada e um conteúdo curricular voltado aos princípios da Reforma Sanitária em andamento no país (SANTOS, et al. 1989).

No entanto, o projeto Larga Escala não alcançou respaldo político institucional capaz de transformá-lo em realidade na maioria dos estados brasileiros, especialmente em Minas Gerais.

A expansão dos serviços de saúde hospitalares, a partir da década de 70 e a municipalização e expansão dos serviços ambulatoriais de saúde, surgida a partir da década de 80, não tem sido acompanhada de políticas de expansão de projetos ou alternativas para a qualificação dos atendentes de enfermagem. Os atendentes continuam a serem incorporados à rede de serviços de saúde ou por falta de auxiliares

de enfermagem no mercado de trabalho, especialmente no interior do estado por se constituírem de trabalhadores de mão de obra de baixo custo e de fácil substituição, apesar da fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem.

Dados do trabalho realizado pelo Conselho Federal de Enfermagem em 1983, demonstram que os atendentes representavam 63,8% do pessoal que exercia atividades de enfermagem, ficando o restante distribuídos entre 8,5% de enfermeiros, 6,6% de técnicos e 21.1% de auxiliares de enfermagem (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1985).

2.1 Os Exames de Suplência para Auxiliares de Enfermagem e Caracterização de sua Clientela no Estado de Minas Gerais.

A incorporação maciça dos atendentes de enfermagem aos serviços de saúde foi decorrente do modo de produção hegemônico nos países. Este modo de produção determinou a expansão dos serviços, especialmente os de saúde. A partir da década de 80 evidencia-se um agravamento do quadro social, econômico e educacional no país. Uma das alternativas de emprego para aqueles que não conseguiram acesso à qualificação profissional era o mercado de trabalho hospitalar público ou privado, onde foram inseridos, especialmente como atendentes de enfermagem.

Estes trabalhadores desempenham, no processo coletivo do trabalho em saúde, ações de natureza complexa, sem preparo técnico e científico, contribuindo para a desqualificação e a iatrogenia da assistência de enfermagem prestada à população (SANTOS, et alii. 1989).

A insuficiência de programas específicos públicos ou privados que invistam política e financeiramente na sua qualificação remete o atendente a três alternativas: matricular-se em uma das escolas regulares de auxiliares de enfermagem, fora do seu horário de trabalho, com cursos de duração nunca menores que um ano, utilizar as alternativas de suplência profissional ou nada fazer, premido pelas dificuldades financeiras e pelas barreiras educacionais. Em relação às escolas formais observa-se que os co-

nhecimentos já adquiridos na prática da enfermagem não privilegiam ou diferenciam o atendente dos demais matriculados procedentes da comunidade, sem nenhuma experiência. Ambos cumprem a mesma carga horária e o mesmo conteúdo curricular. Para este contingente, constituído basicamente de mulheres, mães de família e com baixa renda mensal, torna-se uma tarefa sobre-humana compatibilizar a freqüência às escolas regulares com seus expedientes domésticos e de trabalho.

A alternativa suplência profissional apresenta-se então como opção viável para que os atendentes de enfermagem se qualifiquem em auxiliares de enfermagem.

O exame de suplência para auxiliares de enfermagem ocorre anualmente em nosso estado. Os candidatos são submetidos a 13 (treze) provas escritas, correspondentes às disciplinas da grade curricular dos cursos regulares de auxiliares de enfermagem, ou seja: Enfermagem Neuro-Psiquiátrica, Noções de Administração Aplicadas à Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem em Saúde Pública, Introdução à Enfermagem, Enfermagem Cirúrgica, Higiene e Profilaxia, Estudos Regionais, Nutrição e Dietética, Anatomia e Fisiologia Humanas, Psicologia e Ética Profissional e Microbiologia e Parasitologia. As provas são elaboradas por enfermeiras consultoras convidadas pela Diretoria de Avaliação de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, com orientação pedagógica de especialistas em ensino do setor e aplicadas aos candidatos, no mesmo período, utilizando-se a infra-estrutura das Delegacias Regionais de ensino da Secretaria do Estado da Educação no Estado.

Após obter aprovação em todos os 13 (treze) exames teóricos obrigatórios, o candidato submete-se à prova prática anual, centralizada em Belo Horizonte. Para a realização de cada uma das provas é cobrada, do candidato, uma taxa de inscrição, utilizada para o financiamento das despesas administrativas das mesmas.

A Coordenação do Exame Supletivo do Estado de Minas Gerais, realizou em 1985, um estudo junto aos candidatos ao exame de suplência de qualificação para auxiliares de enfer-

magem, com o objetivo de conhecer o perfil desses candidatos. O estudo foi realizado utilizando-se como instrumento um questionário aplicado a 166 (24,3%) do total de 682 atendentes presentes nos exames de qualificação para auxiliares de enfermagem. O estudo evidenciou que a maioria dos candidatos são do Estado de Minas Gerais, do sexo feminino e encontravam-se na faixa etária entre 26 e 30 anos, sendo que, 43% possuíam o segundo grau completo. Segundo o relatório do referido estudo, a maioria dos atendentes declarou fazer o exame para conseguir melhoria profissional. Relatam ainda exercer, com maior frequência no seu trabalho diário as seguintes atividades: aplicação de injeções e solução endovenosa, controle e registro de sinais vitais, preparo de leitos e unidades, coleta de material para exames de laboratório, cuidados a doentes hospitalizados e em ambulatório, preparo de clientes para consulta médica, preparo de instrumentos cirúrgicos, orientação a indivíduos e a grupos da comunidade sobre saúde e realização de eletrocardiogramas.

O estudo "Perfil do Atendente de Enfermagem no Estado do Paraná" realizado entre os 12.065 atendentes cadastrados naquele Estado em 1991, representando 65,0% dos trabalhadores de enfermagem evidenciou que: 89,7% eram do sexo feminino e 30,5% tinham menos de 30 anos. Possuíam escolaridade mínima a nível de primeiro grau 66% dos inscritos, dos quais 23,5% o segundo grau e 1,6% o curso superior. O restante, 34% não concluiu o ensino básico. Os serviços hospitalares absorviam 66% dos atendentes de enfermagem paranaenses; 25% trabalhavam na rede básica de saúde e 9% em outros serviços de saúde. Trabalhavam em atividades de enfermagem há menos de 5 anos 68,4% dos atendentes, podendo -se inferir que foram admitidos no trabalho durante ou após o ano de 1986, época da publicação da Lei do Exercício Profissional da Enfermagem que os proscreve como categoria autorizada para o exercício da enfermagem (BARBOSA, 1991).

Muitos dos achados no estudo realizado no Estado do Paraná são próximos dos encontrados pela Coordenação do exame Supletivo do Estado de Minas Gerais.

3. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por ocasião da aplicação da prova prática de suplência para qualificação em auxiliares de enfermagem, realizado em Belo Horizonte no Hospital Felício Rocho em janeiro de 1994.

A população compreendeu 349 (trezentos e quarenta e nove) atendentes de enfermagem que estavam participando desta prova em um total de 887 (oitocentos e oitenta e sete).

O método de coleta de dados foi o de entrevista (questões fechadas).

Definiu-se como categorias de análise:

1- em relação ao exame de suplência: Número de atendentes que se candidaram à suplência em auxiliares de enfermagem a partir do ano de criação do exame e índices de comparecimento e aprovação total e por disciplinas.

2- em relação à caracterização da clientela que utiliza a alternativa exame de suplência: características ligadas à: sexo, faixa etária, origem, tempo e local de exercício na enfermagem, além de posse de autorização provisória para exercício de atividades de enfermagem, emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN - MG.

Trabalhou-se com dados primários e secundários. Os primários foram coletados em 349 entrevistas fechadas entre os 887 atendentes candidatos à prova prática para qualificação via suplência, realizado no Hospital Felício Rocho de Belo Horizonte, em Janeiro de 1994. Os dados secundários foram coletados nos arquivos da Diretoria de Avaliação de Ensino da Superintendência de Desenvolvimento de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

As informações foram analisadas à luz da bibliografia consultada, utilizando-se percentuais para proceder à análise e às comparações entre as categorias trabalhadas.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

O exame de suplência teve início no Estado de Minas Gerais em 1978. Pelas informações

contidas na Tabela 1 pode-se visualizar a evolução do número de candidatos desde a implantação do exame de suplência até 1990. Observa-se no entanto, que não foram encontrados os dados referentes aos anos de 1980, 1983, 1987.

Tabela 1
Número de Atendentes de Enfermagem candidatas ao Exame de Suplência para Qualificação em Auxiliares de Enfermagem. Minas Gerais. 1978-1990.

Anos	Inscritos	Presentes	Aprovados	%
1978	480	435	256	58,9%
1979	788	671	231	34,4%
1980
1981	889	886	198	22,3%
1982	788	780	172	22,1%
1983	876
1984	722	681	249	36,6%
1985	...	682
1986	809	641	161	25,11%
1987
1988	702	614	376	61,2%
1989	1.266	1.198	384	32,1%
1990	2.306	2.200	301	13,7%

Fonte: Secretaria do Estado da Educação - SDE-DAVEN-1994

Verifica-se ainda que a procura ao exame de suplência cresceu durante todo o período, especialmente nos anos 1989 e 1990, quando o número de inscritos representou, respectivamente um aumento de 264% e de 480% em relação ao ano de 1978, tendência que sugere o exame como alternativa importante de qualificação profissional dos atendentes de Minas Gerais. Ressalte-se que os índices de aprovação variaram ano a ano, apresentando o maior índice em 1988 (61,2%) e o menor em 1990 (13,7%). A interpretação destes índices exige uma maior aprofundamento do estudo em pauta. No entanto pode-se inferir que o aumento na procura da titulação via suplência, tem relação com o movimento da Reforma Sanitária em implantação no país e com a fiscalização do exercício profissional pelo Conselho Regional de Enfermagem a partir da promulgação da Lei 7498/86.

Em 1985 (Tabela 2), a média de comparecimento dos inscritos aos exames teóricos foi de 86,7% e a média de aprovação no total das dis-

Tabela 2
Atendentes presentes e aprovados no exame supletivo Enfermagem. Minas Gerais - 1985

Disciplinas	Inscritos	Presentes	%	Aprovados	%
Enf. Neuro Psiquiátrica	353	298	84,4	179	51,4
Noções de Administ. em Enf.	365	362	99,2	192	52,6
Enfermagem Médica	375	317	84,5	222	70,0
Enfermagem Saúde Pública	453	397	87,6	256	64,5
Introdução à Enfermagem	422	298	71,0	240	56,9
Enfermagem Cirúrgica	437	385	90,3	293	74,1
Higiene e Profilaxia	440	394	89,5	118	28,9
Estudos Regionais	442	386	87,3	322	83,4
Nutrição e Dietética	386	339	87,8	197	58,1
Anatomia Fisiologia Humana	395	342	86,6	228	66,7
Enfermagem Materno-Infantil	387	331	85,5	262	79,1
Psicologia e Ética Profissional	433	362	88,2	296	68,4
Microbiologia e Parasitologia	470	413	87,8	266	64,4
Sub-TOTAL	5.358	4.654	86,7	3.071	68,0
Prova Prática	-	-	-	-	-
TOTAL	5.358	4.654	86,7	3.071	68,0

Fonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais

ciplinas foi de 68%. A disciplina com menor índice de aprovação foi Higiene e Profilaxia (29,9%) e Estudos Regionais, com 83,4% a de maior aprovação.

Em 1991 (Tabela 3) a média de comparecimento aos exames teóricos subiu em relação a 1985, atingindo o índice de 91,4%. Os menores índices de comparecimento ocorreram nas dis-

Tabela 3
Atendentes inscritos e aprovados no exame de suplência para qualificação em Auxiliar de Enfermagem - Minas Gerais - 1991

Disciplinas	Inscritos	Presentes	%	Aprovados	%
Enf. Neuro Psiquiátrica	1.085	1.081	99,6	987	91,3
Noções de Administ. em Enf.	909	825	90,8	807	88,8
Enfermagem Médica	931	841	90,3	736	79,0
Enfermagem Saúde Pública	1.445	770	53,3	675	46,7
Introdução à Enfermagem	845	762	90,2	689	81,5
Enfermagem Cirúrgica	1.187	1.093	92,0	747	62,9
Higiene e Profilaxia	870	795	91,4	691	79,4
Estudos Regionais	1.001	935	93,4	855	85,4
Nutrição e Dietética	1.657	850	51,3	807	48,7
Anatomia Fisiologia Humana	1.101	1.012	91,9	983	89,3
Enfermagem Materno-Infantil	1.481	769	51,9	712	92,6
Psicologia e Ética Profissional	933	858	92,0	702	81,9
Microbiologia e Parasitologia	944	861	91,2	439	51,0
Sub-TOTAL	12.525	11.452	91,4	9.831	85,8
Prova Prática	1.208	576	47,7	586	98,2
TOTAL	13.733	12.028	87,6	10.397	86,4

Fonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais

ciplinas saúde pública (53,3%) e Nutrição e Dietética (51,3%), que apresentaram também os mais baixos índices de aprovação: 46,7% e 48,7% respectivamente. A média geral de aprovação no total das disciplinas foi de 85,8%, maior também que a de 1985. É importante destacar na Tabela 3 o reduzido índice de comparecimento à prova prática (47,7%), especialmente se comparados à média de comparecimentos às provas teóricas. Vale lembrar que as provas teóricas são realizadas nas diversas regionais de ensino, cobrindo todas as regiões do estado de Minas Gerais, enquanto que a prova prática é centralizada em Belo Horizonte. Na nossa ex-

perícia pessoal como examinadora da prova prática ouvimos depoimentos de candidatos que viajaram mais de 600Km, para o exame. Os técnicos da Secretaria de Estado de Educação responsáveis pela coordenação do exame apontam como causa do alto índice de abstenção na prova prática, a carência de recursos financeiros dos candidatos para o deslocamento à capital.

Tabela 4
Atendentes presentes e aprovados no exame de suplência em Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1993

Disciplinas	Inscritos	Presentes	%	Aprovados	%
Enf. Neuro Psiquiátrica	1.280	1.233	96,5	1.016	78,7
Noções de Administ. em Enf.	1.282	1.215	94,7	1.098	85,6
Enfermagem Médica	1.308	1.332	94,3	1.096	83,9
Enfermagem Saúde Pública	1.542	1.466	95,0	1.275	82,6
Introdução à Enfermagem	1.299	1.231	94,7	617	47,4
Enfermagem Cirúrgica	1.288	1.224	95,0	1.110	86,1
Higiene e Profilaxia	1.287	1.218	94,6	886	68,9
Estudos Regionais	1.349	1.287	95,4	1.122	83,1
Nutrição e Dietética	1.222	1.157	94,6	1.038	84,9
Anatomia Fisiologia Humana	1.590	1.519	95,5	1.110	69,8
Enfermagem Materno-Infantil	1.239	1.175	94,8	996	80,3
Psicologia e Ética Profissional	1.244	1.182	95,0	1.101	88,5
Microbiologia e Parasitologia	1.455	1.388	95,2	1.315	90,3
Sub-TOTAL	17.393	16.525	95,0	12.467	75,4
Prova Prática	1.781	887	50,3	875	49,6
TOTAL	19.174	17.412	90,9	13.342	74,5

Os dados da Tabela 4 demonstram que em 1993 ocorreu o crescimento do índice médio de comparecimento aos exames teóricos, que atingiu 95,0%. A média de aprovação nas provas teóricas foi de 75,4%, menor que o atingido em 1991(85,8%). Contribuíram para esta diminuição os índices de reprovação nas disciplinas Introdução à Enfermagem (47,4%) e Anatomia e Fisiologia Humanas(69,8%).

Manteve-se em 1993 o alto índice de abstenção na prova prática, realizada em janeiro de 1994, em Belo Horizonte. Dos que compareceram,98,6% foram aprovados. O crescimento do índice de aprovação nas provas práticas é apontado como conseqüência da mudança de orientação técnico-pedagógica ocorrida na aplicação da prova, a partir de 1991. As mudanças foram dirigidas para avaliar o desempenho funcional

Tabela 5
Sexo dos Atendentes no Exame de Suplência para qualificação em Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1994

Sexo	Número	%
Feminino	342	87
Masculino	52	13
TOTAL	394	100

dos candidatos a partir de sua experiência profissional conforme sua área de atuação, ou seja: na área hospitalar ou de saúde pública.

Os dados da Tabela 5 confirmam a predominância feminina na composição dos atendentes candidatos, comum às diversas categorias da enfermagem. Observa-se que dos submetidos ao exame de suplência 87% eram do sexo feminino.

Quanto à idade dos candidatos os dados da Tabela 6 demonstram que 40,2% dos atendentes tinham idade entre 21 a 30 anos. Acrescidos o maior índice encontrado na tabulação dos dados, correspondente aos 30,5% da faixa etária entre 31 a 35 anos, evidencia-se que 70,7% dos atendentes tinham, à época do levantamento, menos que 35 anos de idade. Este dado indica a manutenção nos últimos anos da inserção de trabalhadores de enfermagem sem qualificação profissional específica no mercado de trabalho em saúde. Pode-se arguir da insuficiência ou ineficácia do sistema formador específico de auxiliares de enfermagem, assim como das políticas de recursos humanos dos serviços de saúde frente a necessidade da qualidade da assistência.

Tabela 6
Idade dos Atendentes de Enfermagem submetidos ao Exame de Suplência para Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1994

Faixa Etária	Número	%
21 a 25 anos	44	11,2
26 a 30 anos	114	29,0
31 a 35 anos	120	30,5
36 a 40 anos	72	18,0
41 a 45 anos	26	7,0
46 a 50 anos	12	3,0
51 a 60 anos	02	0,5
61 a 65 anos	01	0,3
Não informaram	02	0,5
TOTAL	394	100,0

Ao relacionar o ano de início do trabalho em enfermagem dos atendentes candidatos à qualificação em auxiliares de enfermagem, os dados da Tabela 7 mostram que continuam entrando no mercado de trabalho em saúde, trabalhadores sem qualificação específica para o setor. Verifica-

se que somente 31,5% dos candidatos tiveram seu primeiro emprego na enfermagem antes da vigência da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, promulgada em 1986. Portanto, 68,5% foram admitidos a partir desta data, evidenciando o descumprimento desta legislação pelos órgãos empregadores.

Tabela 7
Ano de início de exercício na
Enfermagem dos Atendentes submetidos
ao Exame de Suplência para Qualificação
em Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1993

Ano	Número	%	% Acumulado
1970	1	0.3	0.3
1971	2	0.5	0.8
1972	1	0.3	1.1
1973	3	0.8	1.9
1974	1	0.3	2.2
1975	4	1.0	3.2
1976	9	2.3	5.5
1977	10	2.5	8.0
1978	7	1.8	9.8
1979	4	1.0	10.8
1980	9	2.3	13.1
1981	17	4.3	17.4
1982	4	1.0	18.4
1983	10	2.5	20.9
1984	12	3.0	23.9
1985	31	7.9	31.8
1986	57	14.5	46.3
1987	32	8.1	54.4
1988	50	12.7	67.1
1989	51	13.0	80.1
1990	43	10.9	91.0
1991	36	9.0	100.0
TOTAL	394	100.0	100.0

A rede hospitalar continua a configurar-se como o maior empregador de atendentes de enfermagem, absorvendo 63% dos trabalhadores, conforme evidenciado na Tabela 8.

Tabela 8
Local de exercício dos atendentes de enfermagem que
fizeram a prova prática para qualificação profissional
em Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1994

Origem	Número	%
Unidades Hospitalares	249	63
Unidades Ambulatoriais	111	28
Enfermagem do Trabalho	7	2
Outros	4	1
Não informaram	23	6
TOTAL	394	100

Os dados da Tabela 9, evidenciam que 78% dos atendentes não possuíam autorização pré-

via do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais para exercício da enfermagem, constituindo-se portanto de contingente marginal e independente de controle e fiscalização profissional.

Tabela 9
Atendentes com autorização provisória para exercício
da enfermagem do Conselho Regional de Enfermagem
candidatos ao exame de suplência para qualificação
em Auxiliar de Enfermagem – Minas Gerais – 1993

Atendentes Autorizadas	Número	%
SIM	24	21
NÃO	88	78
NÃO RESPONDERAM	1	1
TOTAL	113	100

Das informações obtidas, agrupadas no quadro 9, evidencia-se que 78% não possuíam autorização do COREN-MG para trabalhar na enfermagem, constituindo portanto contingente marginal e independente de controle e fiscalização profissional.

Tabela 10
Origem dos atendentes de enfermagem candidatos ao
exame de suplência para qualificação em Auxiliares de
Enfermagem – Minas Gerais – 1993

Atendentes Autorizadas	Número	%
Capital	95	10.9
Interior	766	87.6
Não informaram	14	1.5
TOTAL	875	100.0

Os dados da Tabela 10 demonstram que 87.6% dos atendentes candidatos à qualificação em auxiliares de enfermagem provem do interior do Estado. Este dado permite inferir a importância social do exame como única alternativa de qualificação para que os atendentes que residem em cidades onde não existem escolas de auxiliares de enfermagem, especialmente nas regiões norte e nordeste do Estado.

5. CONCLUSÃO

Após análise dos dados coletados, conclui-se que a alternativa qualificação profissional via suplência de alto teor tem-se configurado como crescente opção para as atendentes de enfermagem empregados na rede de serviços de

saúde, especialmente para os do interior do estado de Minas Gerais.

A realização da prova prática, centralizada em Belo Horizonte tem sido fator dificultador para o comparecimento ao exame dos candidatos do interior do Estado, provavelmente devido à insuficiência de recursos financeiros dos candidatos para o necessário deslocamento e sua manutenção na capital.

As modificações dos critérios de avaliação de desempenho funcional utilizados na prova prática implantados pelos coordenadores técnico-pedagógicos responsáveis pela coordenação do exame, a partir de 1991, contribuíram para o aumento do número de aprovados pelo fato de arguir os candidatos na sua área de atuação profissional: hospitalar ou ambulatorial.

A insuficiência numérica e a concentração das escolas de auxiliares de enfermagem na região centro-sul do Estado parece estar contribuindo para a manutenção do ingresso de pessoal sem qualificação específica na prestação de serviços de enfermagem. Outro fator que pode estar contribuindo para esta situação é a contratação desse pessoal pelos serviços de saúde, desafiando à legislação do exercício da enfermagem vigente.

Os hospitais continuam sendo os maiores empregadores de atendentes de enfermagem. No entanto, o crescimento dos serviços municipais de saúde decorrentes da implementação do SUS no Estado aponta para a ampliação do mercado de trabalho de enfermagem na área de saúde pública, indicando necessidade de aprofundamento deste estudo.

As atendentes de enfermagem são majoritariamente mulheres jovens; 68,3% inseriram-se no mercado de trabalho após a vigência da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem em 1986.

Apesar do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais fiscalizar o exercício profissional da categoria, este estudo levantou que 78% dos atendentes analisados, não possuíam autorização do Conselho Regional de Enfermagem para o exercício de suas atividades. Constituem, portanto, um contingente marginal de trabalhadores exercendo atividades de enfermagem independente do órgão regulamentador e fiscalizador da profissão.

Acreditamos que o investimento na qualificação dos atendentes de enfermagem é prioridade máxima para elevação dos padrões de qualidade da assistência de enfermagem prestados à população mineira. Para tanto se faz necessário acelerar os projetos de pesquisa sobre os atendentes de enfermagem em andamento no Estado e projetos de qualificação descentralizada que considerem a realidade social deste contingente, a exemplo do Projeto Larga Escala.

Assim aos atendentes empregados na rede de saúde do Estado de Minas Gerais seria possibilitado o resgate da cidadania profissional e social. Ao mesmo tempo a população mineira receberia assistência de enfermagem com um padrão de qualidade condizente com suas necessidades e direitos de cidadania.

ABSTRACT: A descriptive analytical study for the demand and the supplementary exams passing rates State Education Secretary of Minas Gerais for the professional qualification of auxiliar nurses and the clientele characteristics who take the exam.

KEYWORDS: Supplementary Exam for Auxiliar Nurses

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de, & ROCHA, J.S.Y. **O saber de enfermagem e sua dimensão prática.** São Paulo: Cortez, 1986.
- BARBOSA, Jurandy Kern. **A profissionalização do atendente: um pressuposto para melhorar a qualidade da assistência de enfermagem.** Curitiba, Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal do Paraná, 1991.
- BRASIL, Conselho Federal de Enfermagem. **O exercício da enfermagem nas instituições de saúde de no Brasil: 1982-1983,** Força de trabalho em enfermagem. Rio de Janeiro: 1985 V.1.
- GALVÃO Ena de Araújo. **Formação de pessoal de primeiro e segundo grau -base legal [s.l.],** Curso de Atualização em Desenvolvimento de Recursos Humanos de Saúde -Unidade III, mimeo, (s.n.d.)
- PAIXÃO, Waleska. **Páginas da história de enfermagem.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1963.
- SANTOS, Isabel & SOUZA, A.M de. **Formação de pessoal de nível médio pelas instituições de saúde: projeto larga escala, uma experiência em construção.** Rev. Saúde em Debate, Londrina, mar., p. 61-64, 1989.